

Recensão ao 5 de Julho, Mandjacos & Intelectuais “By”

Fernanda Barros “”**

Publicado em 09.07.2008

A verdade é o tom!

“Hegel in Ciências da Lógica”

Muitos se perguntarão sobre as razões, os motivos que me levaram a esquadriñar o “5 de julho, Mandjacos & Intelectuais” após o lapso de tempo decorrido de sua publicação. A estes direi apenas que o faço, por puro prazer, imbuída de espírito acadêmico, ou porque o artigo trata de questões pertinentes e instigantes que constituem temas recorrentes da teoria política.

O artigo do Armindo não se encaixa nas categorias tradicionais do simples pensamento por haver nele um esforço e de chamada de atenção para a dignidade do “pensar” como um princípio da moral que desbloqueia para os homens as possibilidades de controlarem o seu próprio destino. Ao mesmo tempo ele encerra reflexões políticas, que permanentemente nos desafia enquanto homens e mulheres “animais políticos e sociais” à compreensão dos fenômenos da vida política produzidos pelo corpo político de qualquer comunidade política.

E mais ainda ao revisitar o 5 de Julho, Mandjacos & Intelectuais, dei-me conta de que ele pertence a uma das categorias, que persiste no movimento da história das idéias, na qual se insere o debate político e intelectual voltado para a análise da política do poder e para o reconhecimento do papel que os indivíduos e o próprio Estado podem desempenhar na gestão da república(coisa pública) às aspirações éticas de justiça.

O artigo do A. Ferreira prima pela sua atemporalidade. E é através do mesmo que vou buscar - a conselho da própria idéia reguladora da razão prática- as remissões aleatórias contidas em determinados parágrafos, não só para vivificar a memória do (a) leitor (a), mas também para dar curso a esta Recensão.

Armindo brinda-nos com o seu talento e nos adverte desde logo ao citar Hegel que *“a verdade é o tom!”*

Muito embora se saiba e jamais se pôs em dúvida que verdade e política não se dão bem uma com a outra. Para Hannah Arendt,*** até hoje ninguém incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade e, sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista.”

De uma maneira lúcida Armindo Ferreira sinaliza que é impossível conservar a ilusão de que tudo, no fundo, permanece imutável e decide revisitar a história da revolução conduzida pelo PAIGC rumo às independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

De modo implacável ele tece a narrativa da luta do terror (tal como fizera Hegel na revolução francesa, que acabou no terror e no diretório) desencadeada pelo PAIGC na outrora Guiné Portuguesa à libertação do jugo colonial português. As palavras do Ferreira revelam que: <<A luta foi violenta, implacável. Queimaram-se

as casas, dizimaram-se e desmembraram-se famílias, executaram-se pessoas por pensarem de maneira diferente, por discordarem. Cometeram-se atrocidades várias – violações, perseguições, espancamentos até à morte, torturas, fuzilamentos arbitrários – em nome da segurança e da lealdade ao PAIGC. O Encontro de Cassacá, mais tarde chamado de I Congresso, tornou-se famoso pela onda de barbárie que gerou do que pelas decisões estratégicas que tomou. Em determinado período, os golpes, contra-golpes, conspirações, intrigas, ajustes de contas tornaram-se traços endógenos característicos da Organização. A desconfiança mútua chegou a instalar-se de forma virulenta...>>

Sem perder “o tom” o relato dramático do autor faz-nos perceber que a revolução ao liberar a magnitude da violência, a prática do arbítrio e o uso indiscriminado dos meios de coerção, serve de tais ingredientes, para justificar e legitimar no campo político a causa revolucionária de uma guerra de libertação em nome da liberdade e do princípio da autodeterminação.

A perplexidade com que se defrontam os revolucionários na tarefa da fundação de um novo estado, no estabelecimento de um novo começo, parece ensejar violência e violação como se fosse uma repetição do antigo crime lendário dos primórdios da história “*” - “Caim matou Abel, Rômulo matou Remo.”**

À compreensão do fenómeno revolucionário levou a introdução na linguagem política de um conjunto de imagens metafóricas para retratar uma guerra revolucionária.

Assim é que a revolução passa a significar, para Desmoulin, uma torrente revolucionária em cujas ondas impetuosas os seus participantes são impelidos e arrebatados até que o redemoinho os sugue da superfície e todos perecem. Para Robespierre, ela é a poderosa corrente revolucionária constantemente impulsionada pelos crimes de tirania, de um lado, e de outro pelo progresso da liberdade, os quais inevitavelmente se defrontavam, de tal forma, que o movimento e o contra-movimento nem se equilibravam, nem se restringiam, mas que de forma misteriosa pareciam confluir numa torrente de violência progressiva precipitando-se na mesma direção com uma impetuosidade cada vez maior. Georg Foster, testemunha que a revolução é a majestosa torrente de lava da renovação que nada poupa e que ninguém pode conter. E o orador da Gironda finaliza, com maestria, que a revolução é o espetáculo submetido ao signo de saturno- a revolução devorando os seus próprios filhos.

As palavras do Ferreira traduzem com rigor essa “tempête révolutionnaire” que impeliu os homens de luta do PAIGC “a sórdida prática de conspirações e os ajustes de contas tornaram-se traços endógenos característicos da Organização.”

Se o “mote” do Armindo é “a verdade é o tom”, ele corajosamente restabelece os fatos históricos em favor do processo que engendrou a luta de libertação ao assinalar que: <<o verdadeiramente interessante, é que tudo isto aconteceu na Guiné-Bissau. O número de cabo-verdianos vítimas, se verdadeiramente as houve, é insignificante. Refiro-me, obviamente ao interior da luta armada. E não quero minimizar a importância desse punhado de homens e mulheres cabo-verdianos no desenvolvimento e afirmação da luta armada. Mas foram os guineenses os perseguidos, foram os guineenses os torturados, foram os guineenses os executados, foram os guineenses que tiveram as suas terras e casas queimadas, foram os guineenses que tiveram as suas famílias desmembradas e destruídas, foram os guineenses que foram espancados até a morte, foram os guineenses que foram fuzilados. Não foram poucas as vítimas. Foram milhares, dezenas de milhares. Um número incalculável. Tudo para que também Cabo Verde fosse independente.>>

Esse primoroso recorte da história da luta leva necessariamente ao entendimento de que guerra e revolução (apesar de não constituírem um fenômeno novo e tampouco recente) se inter-relacionam. Vale dizer nesse contexto que a única coisa que as justifica é a causa revolucionária da liberdade. E por ser a liberdade que as justifica, um número incalculável de homens e mulheres foi devorado pelo processo revolucionário, para o bem ou para o mal, tão logo se viu deflagrada a guerra das independências em solo guineense.

O fio condutor do raciocínio que guia o autor deposita em sua memória as ações perpetradas pelos pais fundadores dos dois novos estados independentes (Guiné-Bissau e Cabo Verde) sob a ditadura de um partido único. Estes olvidaram por completo dos ensinamentos de Amílcar Cabral, que insistia que o poder devia estar nas mãos do povo para ele ter a certeza de que o poder é seu de facto, ou seja, o poder exercido “ex parti populi e não ex parti principes”. O abandono dos princípios fundamentais de organização do partido-estado e das demais teses de A. Cabral resultou na erosão do partido e das instituições que por sua vez catapultaram a promoção da participação popular no governo.

O autoritarismo do partido-estado na Guiné-Bissau pós-independência significou a institucionalização do medo e da pena de morte na recém criada pátria de Amílcar Cabral. A guerra de libertação e a independência geraram um hiato entre a constituição de um Estado e a condição de liberdade.

De modo contundente o Armindo faz uma pertinente observação ao espelhar o que se passou na Guiné: << E mais tarde foram os guineenses, sob a égide de um partido dois Estados, que exerceram (e que exercício!) a pena de morte e foram eles os obrigados a exilar-se em massa enquanto em Cabo Verde se passava rigorosamente o contrário.>>

Na Guiné as leis se calaram assim como as razões por que se bateu!

As leis se calaram para que tudo e todos permanecessem em silêncio!

E, é em virtude desse silêncio que a violência deve ser vista como um fenômeno marginal no campo político! Pois onde quer que a violência domine de forma absoluta, as leis se calam.

Mas na medida em que o ser humano é um ser político e está dotado do poder da fala para reagir contra a “política de unanimidade” em favor “pluralismo político que gera o consenso” um enorme contingente de homens e mulheres da Guiné-Bissau foi compelido ao exílio. A condenação do uso da violência foi inútil. Consoante os ensinamentos de Norberto Bobbio “****” toda a condenação da violência é estéril se não for acompanhada de meios alternativos de transformação e de mudança da sociedade.

Ao redirecionar o seu olhar para Cabo Verde, Armindo Ferreira faz uma leitura do que representou o 5 de Julho de 1975 nos seguintes termos :<< o 5 de Julho foi um assalto ao poder. A tomada de poder por um partido que se considerava “luz, guia e força dirigente da sociedade e do Estado.” E não foi pacífica. Uma luta feroz entre cabo-verdianos que até incluiu a reactivação do campo de concentração do Tarrafal, mas não polimizarei, de momento, esta questão. Mas o que é grave é que esse assalto ao poder se assentou também na tentativa de destruição de um dos valores mais caros ao povo cabo- verdiano – os seus homens de cultura. O discurso feito pela organização da luta armada contra os intelectuais cabo-verdianos foi uma afronta que continua à espera de uma reparação, de um pedido formal de desculpa sem o qual todas essas realizações à volta de “Clareza e Claridade” não passarão de puro farisaísmo. Gritos de “Abaixo os intelectuais! Abaixo os Baltazares Lopes!” e similares, proferidos por então altos representantes do PAIGC ecoam nos ouvidos e mantêm-se ainda vivos

na memória dos que os escutaram. Foram de uma infelicidade atroz. Tão infeliz como dizer-se que a luta armada é um ato de cultura. Como se alguma guerra, ainda por cima sangrenta, pudesse ser um ato de cultura.>>

Com devida vênia sou obrigada a fazer alguns contrapontos às elucubrações acima, em obediência à lógica. Se Guiné e Cabo Verde se encontravam sob a égide de um mesmo partido porque razão não foi reativado, na Guiné- Bissau, o campo de concentração do Ilhéu das Galinhas “Djiu di Galinha” para acolher os opositores do regime? Ao invés disso os opositores do regime enfrentaram os pelotões de fuzilamento.

E quanto à gravidade das tentativas de desmoralização ou de destruição de um dos valores mais caros ao povo da Guiné – os seus homens e mulheres “garandis” e os seus régulos que também são portadores da cultura e da tradição? A quem exigir as reparações por esses danos morais ou um pedido formal de desculpas aos Mandjacos pelos discursos afrontosos que se encerravam com os gritos de “Abaixo barriga largus!” e de “Abaixo oportunistas?”

Todavia eu me pergunto sobre quem são esses intelectuais ou os ditos homens de cultura de Cabo Verde?

Pelo que dizem, eles são os (ilhéus) descendentes dos Mandjacos continentais e que sob o manto de “Unidade” com os Mandjacos conduziram a luta armada de libertação. Se assim é, não há que esquecer que a luta armada, conquanto um ato político, é um ato de cultura.

É nesse particular que os portadores da cultura, os mestres em oralidade, os contadores de “hier-hier”, das “estórias” das incursões do colon tuga, os Mandjacos da Guiné e os homens de cultura, os Intelectuais de Cabo Verde fizeram da luta armada de libertação uma espécie de “confronto último” entre os valores culturais do ocidente (representado por Portugal), e os valores culturais africanos (representados por Mandjacos ostentando os seus sumbiás, bomboloms, tambures, koras, baritis e barfacons e por Intelectuais cabo-verdianos ostentando os seus tubos de pluma ao som de mornas, coladeras, batuques e funanás).

Nesta linha de raciocínio Samuel P. Huntington “***” sustenta que os conflitos do futuro se darão ao longo das fronteiras culturais que separam as “oito ou nove” grandes civilizações no qual o mundo está dividido. Logo, A. Lopes Cabral antecipou a Huntington “*****” ao afirmar que “a luta de libertação é um ato de cultura.”**

Em seguida, o autor do 5 de Julho, lança um olhar crítico sobre as tentativas em reescrever a história das ilhas de Cabo Verde redesenhando-a e moldando-a ao sabor dos “feitos” dos heróis e heroínas, que ora transportavam ou guardavam panfletos de forma clandestina ou marcavam suas presenças em reuniões igualmente clandestinas, enquanto uns e outros delatavam os seus vizinhos ou amigos junto ao DGS/PIDE. O enredo dessa saga heróica terá necessariamente, como pano de fundo, uma leitura sucinta do incidente laboral no Cais de Pidjiquiti quando os Mandjacos jogaram flores ao mar para acalmar a fúria do colonizador e da tempestade do mar para que os homens esclarecidos, os detentores de tubos de pluma pudessem livremente reescrever a sua história.

Contar histórias sob a perspectiva de quem detém o poder sempre que haja a vontade de adulterar os fatos históricos é tentador, e nas mais das vezes, resulta num embuste!

Utilizar-se do “ingrediente” da mentira de forma deliberada e sistemática para inculcar, para doutrinar o povo, que obediente incorpora a “nova versão” da história, como uma verdade evidente, é um dos métodos corriqueiros da arte na

política. A mentira na política como bem sintetiza “Hannah Arendt” abriga um germe de violência, para concluir que, a mentira organizada tende a destruir aquilo que ela decidiu negar, a história real.

E Armindo Ferreira reafirma:<<... Vem- se contando, de forma sistemática e organizada, uma história que não é exatamente a que conhecemos ou vivemos. Quer-se que a história “épica” do PAIGC seja a história de Cabo Verde. Que os heróis do PAIGC sejam, apenas eles, os heróis de Cabo Verde. Inculca-se isto às nossas crianças. Nas escolas. De forma subtil mas indelével...>>

Dotado de uma sensibilidade política aguçada A. Ferreira decide abordar o tipo de tratamento que é dispensado a Guiné-Bissau e aos seus cidadãos em Cabo Verde nos seguintes termos: <<Atualmente, para Cabo Verde, a Guiné-Bissau não é senão mais um país da CEDEAO. Os seus cidadãos, “de irmãos” gémeos de “dôs corpu um corçon” passaram a “mandjacos” como qualquer outro continental... Mas será que os cidadãos da Guiné-Bissau não mereciam, da nossa parte, dos cabo-verdianos, quanto mais não seja um certo pudor e alguma coerência, um tratamento diferenciado?... Outrossim, eles, os cidadãos guineenses, também são lusófonos (CPLP), também são PALOP. E os mais próximos!...>>

Diria de modo peremptório que não há nada que se possa fazer – contra os fatos não há argumentos!

Se outrora Guiné e Cabo Verde foram “dos corpu um corçon” no triunfo da luta e da libertação, notas dissonantes, fatores endógenos e exógenos desfizeram o mito- o 14 de Novembro de 1980; a globalização; a queda do muro de Berlim e a implosão do edifício inter-estatal soviético.

E se “a verdade é o tom” os Mandjacos devem adotar a aplicação de um princípio caro ao direito internacional – o da reciprocidade – que consiste no tratamento em bases igualitárias a cidadãos de outros estados na exata medida em que estes concedem a cidadãos da Guiné-Bissau em seus territórios.

É tempo para reforçar que a diplomacia de sorrisos, de filantropia, de afinidades e do “sim” desapareceu do atual contexto das relações internacionais.

Na verdade os estados soberanos jamais tiveram “amigos” senão interesses a defender, o que os leva a calcular com exatidão o número de variáveis em jogo na luta pelo poder.

Apesar do atual cenário se mostrar desconcertante pela atuação negativa e desagregadora das forças centrífugas da globalização, a Guiné-Bissau deverá reerguer-se do “caos” político-social em que se encontra para reestruturar e revitalizar as suas instituições. Tal ultrapassagem permitir-lhe-á a redefinição de suas parcerias globais para o desenvolvimento em bases de sustentáveis para a exploração e aproveitamento dos recursos naturais de que dispõe em benefício do seu povo.

“Rômulo matou Remo; Caim matou Abel: A violência foi o começo e, justamente por isso, nada Poderia ter tido início sem o emprego da violência sem violação.”

*“in” On Revolution. “***”*

“*” Fernanda de Barros, Bissau Guineense, Doutora em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. fernanda_debarros@yahoo.com.br

Notas/ Rodapé

- “***”Hannah Arendt – Entre o Passado e o Futuro, Editora Perspectiva, 2ª edição, São Paulo, 1988.
- “***”Ibid.....- On Revolution, Editora UNB e Editora Atlas, São Paulo, 1988.
- “****”Norberto Bobbio citado por Celso Lafer “in” Brasil e a Crise Mundial, Editora Perspectiva, São Paulo, 1984.
- “*****”Samuel P. Huntington- Culture Matters “How Values Shape Human Progress,” Editora Record, São Paulo, 2002.
-



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org